



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

TERRA, TERRITÓRIO E ÁGUA: USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO POR MEIO DA EXPANSÃO DAS HIDRELÉTRICAS NA BACIA DO JURUENA- ARINOS EM MATO GROSSO

Ivan de Sousa Soares
Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT
Campus de Sinop

Introdução

O referido trabalho parte da análise da reestruturação do setor elétrico brasileiro, mormente por meio da adoção da “liturgia” neoliberal. Ele busca compreender como tais processos envolvem os territórios em novas tramas do sistema do capital. Tal qual busca identificar como recursos territoriais, como a água, são mobilizados no processo de transformação da natureza em mercadoria, por meio dos ajustes do mercado de energia.

Para tanto, enquanto resultado dessas políticas estruturais do setor, procurou-se analisar como essas impactam os territórios de populações indígenas e camponesas da bacia do Juruena-Arinos, indicando-nos novas situações de fronteira, na medida em que o conflito emerge como importante componente central nesse processo.

De modo que, com a abertura do mercado de energia, novos mecanismos de domínio dos recursos territoriais são viabilizados. Essa reestruturação setorial permitiu a participação de diferentes agentes econômicos na exploração de “quilowatts”, por meio da expansão de empreendimentos hidrelétricos em toda a bacia do Juruena-Arinos.

Ao lado da histórica expansão da fronteira agrícola, essas populações passam a ser afetadas também pela expansão desenfreada desses projetos e, por conseguinte, por seus impactos, uma vez que seus territórios estão gradativamente sendo cercados por esses empreendimentos.

Em termos de análise dos agentes econômicos que participam dessa cruzada sobre o território em busca de “reservas de quilowatts”, vale mencionar a inclusão de grupos tradicionais da agricultura empresarial, como AMAGGI, Bom Futuro e empresas de menor envergadura, assim como consórcios formados por empresas com atividades no setor financeiro, como fundos de pensões/aposentadoria e investimentos.

Em termos metodológicos, como se trata de fragmento de um projeto maior de investigação sobre a expansão dos hidronegócios no norte de Mato Grosso, operacionalizou-se



o levantamento por meio de entrevistas semiestruturadas e exploração de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Além disso, foram coletados dados de movimentos sociais, como Movimento dos Atingidos por Barragens e movimento indígena da região¹.

A proposta de escrita começou com a análise de documentos gerados pelo sistema SIGA-ANEEL da Agência Nacional de Energia Elétrica, incluindo documentos de Estudos Ambientais dos empreendimentos hidrelétricos da região, além de trabalhos de campo e observação em espaços de debate, como o festival Juruena Vivo, que é um importante fórum de diálogo para as diferentes populações da região.

Em termos da análise, como processo de construção de uma sequência lógica que pudesse transparecer com melhor cadência o debate, optou-se por estabelecer uma periodicidade de análise do setor elétrico brasileiro entre 1954 e 2025, buscando compreender o processo de bifurcação entre a crise energética e a construção de políticas setoriais incrustadas no ideário neoliberal e, por conseguinte, os efeitos sobre novas dinâmicas no território.

Acredita-se que essa orientação analítica pode, em grande medida, contribuir para a compreensão dessas mudanças e como elas reverberam no espaço local-regional da sub-bacia do Juruena-Arinos, resultando no estado "nu e cru" das políticas neoliberais do setor, em consonância com a instrumentalização do uso corporativo do território e a imposição de novos cenários de acumulação de capital.

O contexto das mudanças do setor elétrico brasileiro sob o neoliberalismo: Elementos constitutivos de aberturas de novos itinerários da acumulação de capital

Torna-se factível afirmar que o setor elétrico brasileiro, desde a sua fundação entre o final do século XIX e início do XX, passou por diferentes mudanças quanto à sua estrutura. Mormente em uma contínua linha de relacionamento entre Estado e capital. Ou seja, ora o Estado adotando mecanismos de centralização do setor, ora o capital aproveitando-se de parques marcos regulatórios no intento de estabelecer processos cada vez mais ávidos de acumulação. Esse processo histórico da expansão do setor elétrico brasileiro está correlacionado com a forma como o território nacional corresponde às dinâmicas do capitalismo globalizado.

¹ Vale mencionar que o trabalho apresentado deriva de uma proposta mais ampla de pesquisa intitulada "As hidrofronteiras do capital: A expansão dos hidronegócios na mesobacia do Tapajós em Mato Grosso.



Em suma, com a descrita afirmação, vale indicar que o próprio território, juntamente com as políticas de modernização e integração, passa a ser ajustado e regulado em razão dessas mudanças, tendo o setor elétrico papel fundamental nessa (des)organização, considerando que o crescimento das demandas energéticas e mesmo a expansão da produção instrumentalizam-se em razão do padrão de reprodução do capital, sob o qual o Brasil conecta-se mais avidamente com as demandas do capitalismo globalizado.

O setor elétrico brasileiro passou por diferentes processos, os quais historicamente estão ligados às dinâmicas de integração do território ao capital, na medida em que o desenvolvimento da atividade econômica em novas regiões indubitavelmente implicou outros padrões de consumo eletrointensivos e, por consequência, usos distintos dos recursos territoriais.

Logo, para a compreensão desses processos operados no âmbito do setor elétrico, deve-se indicar que esses estão ligados diretamente aos padrões de reprodução do capital (Osório, 2012) acoplados à economia brasileira. Embora a centralidade da proposta esteja em compreender a inserção do norte de Mato Grosso nesses processos mais amplos da roupagem neoliberal no setor elétrico, torna-se fundamental estabelecer uma periodização desse setor, pois, em última instância, os processos ulteriores de criação de uma nova institucionalidade neoliberal e capacidade de capilaridade com a instituição do Sistema Interligado Nacional (SIN) permitiram a agregação de novos mananciais de geração e, por conseguinte, novos usos do território, implicando, portanto, outros esboços de apropriação da natureza.

Dito isso, a descrita periodização deve nos permitir ler a “coreografia” e dinâmica da inserção desse território, naquilo que estamos chamando de hidronegócios. Para tanto, adotou-se, nessa periodização do setor elétrico brasileiro, o intervalo de 1954 a 2025, buscando notabilizar as mudanças operadas no interior do Estado e como ele se relaciona com o capital nos distintos momentos.

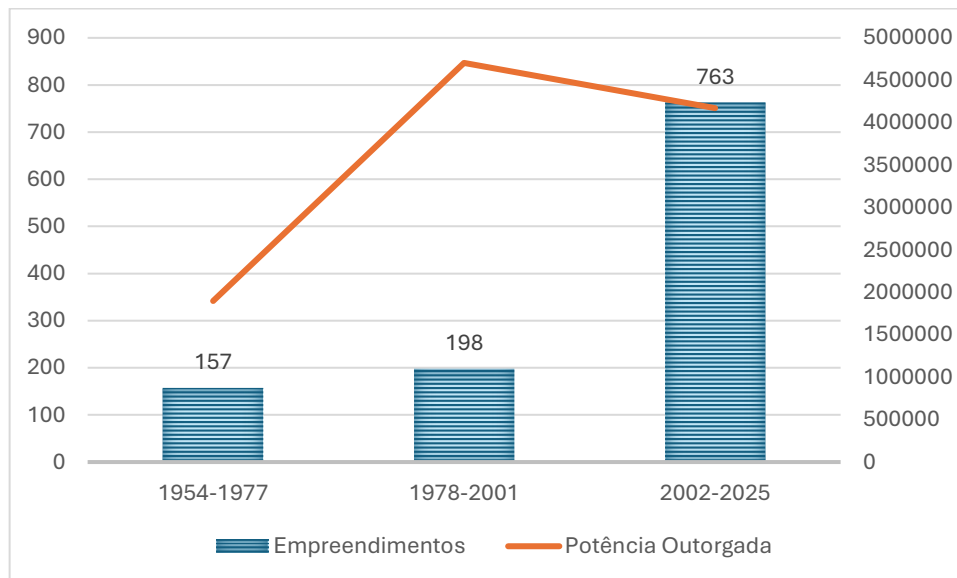
Na esteira daquilo que Svampa (2019) vem classificando como “neoextrativismo”, no interior de novos consensos da dependência econômica, embora a autora esteja dando maior enfoques nas *commodities* dos setores agro minerais, enquanto representação da situação de fronteira vivenciada na história, como manifestação e estrutura da acumulação por espoliação a qual debate Harvey (2004), ou mesmo aquilo que Brandão (2010) vem classificando como acumulação primitiva permanente, não pode-se negligenciar para o fato do mercado de energia constituir-se também o atual padrão de reprodução do capital, na medida em que evidencia a



participação no sistema do capital, calcada na transmutação da natureza, e/ou dos recursos territoriais em dinheiro global.

Em suma, se o padrão de reprodução do capital orientado pelo neoextrativismo movimenta-se no sentido de inserir vorazmente a natureza no movimento global do sistema do capital a partir de diferentes processos de exploração, torna-se então factível afirmar que o setor elétrico, pela sua capacidade de transformação da energia cinética das quedas d'água em energia elétrica e, portanto, em mercadoria, também incorpora-se no atual debate das fronteiras do neoextrativismo, uma vez que o domínio das bacias hidrográficas tem sido fundamental para a exploração econômica da água.

Gráfico 01- Produção hidrelétrica e empreendimentos em funcionamento (1954-2025)



Fonte: SIGA- ANEEL (2025)

Ao se estabelecer a descrita periodicidade na investigação, torna-se crível uma análise que apreenda como o setor elétrico espalha-se no território brasileiro, mormente focando-se na transição do período estatal da produção hidrelétrica, cujos maiores símbolos são as suntuosas infraestruturas do modelo de UHE da ditadura militar, em direção aos empreendimentos de menor magnitude de produção, porém agora apoiados por uma rede densificada de infraestruturas de distribuição, conferindo ao território um outro conteúdo, porém não menos propício para os processos de expropriação de diferentes populações.

Em outras palavras, o primeiro momento indicado no gráfico-01, que abrange o período de 1955 a 1977, está relacionado a diferentes processos de avanço da fronteira do capital sobre



diversas sociabilidades e temporalidades, culminando em importantes estratégias do Estado para promover uma maior integração do território, tanto aos mercados da região concentrada quanto em outras escalas. É evidente que o escancaramento do território como campo para a criação de elementos da acumulação de capital, especialmente pela industrialização brasileira, está diretamente relacionado ao aumento da demanda energética desse setor, assim como às mudanças da composição urbano- regional nesses espaços de fronteira.

Nesse sentido, não se pode negligenciar que os primeiros anos do período de 1955 a 1977 são marcados pela investida estatal maciça em empresas de geração energética, pois, após o longo período de incipiente legislação de regulamentação do setor elétrico, com viril atuação de grupos estrangeiros, em concomitância com a mudança do padrão de reprodução do capital (Osório, 2012), estabelece-se a centralização dessas atividades por parte do Estado. Contudo, essas ações reverberaram muito mais como iniciativas de criação de ambiência favorável para a entrada do capital.

Nesse rol de empresas estatais, as quais tinham papel preponderante na integração do território, vale destacar a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG) em 1952, constituída durante a gestão Juscelino Kubitschek como governador do Estado, a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), em 1954 e, posteriormente, a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Na mesma esteira de fortalecimento das empresas estaduais, a constituição da Eletrobrás, responsável por agregar importantes subsidiárias, promoveu uma nova dinâmica de reorganização do setor no Brasil, em função da necessária intersecção e do planejamento do sistema.

O projeto de industrialização preconizado no Plano de Metas de 1958 destaca a mercadoria energética, proveniente de várias fontes, como um elemento crucial no novo mecanismo de fluidez do capital, especialmente em um cenário internacional de concorrência industrial e diversas tipologias, contribuindo para a reestruturação e reconversão produtiva no Brasil.

De acordo com Mercedes *et al.* (2015), do ponto de vista da instituição de novos objetos técnicos, esse momento de transição da década de 1960 para 1970 notabiliza-se pela modernização do sistema, por meio da geração em grande escala interligada às redes de transmissão de modo mais capilarizado pelo território nacional, de forma a atender às demandas fomentadas pela interiorização das atividades econômicas e pelas novas dinâmicas urbano-regionais.



Compreende-se, de fato, que esse período vivenciado pelo setor de geração hidrelétrica notabiliza-se pela sua condição em rede, por suscitar novos objetos técnicos, na medida em que essa rede estabelece outras relações de produção do espaço, aprofundando-se os processos que dão guarita ao uso corporativo do território.

Como continuidade dos processos cada vez mais intensos de integração do território às dinâmicas globais do modo capitalista de produção, o período militar marca um ponto fundamental das grandes infraestruturas de integração, sendo o setor elétrico essencial nessa ávida atuação do Estado em criar ambiência para acumulação de capital, ação essa caracterizada pela contração de vultosos empréstimos no mercado internacional.

Nesse sentido, as macroestruturas técnicas do setor, representadas pelas grandes obras do período ditatorial, condicionam-se historicamente a uma série de sazonalidades e dinâmicas disciplinadas pelos sistemas de empréstimos, corporificando os aspectos mais imbricados da financeirização.

Como pontua Rosa (2001), a crise mencionada, embora esteja ancorada nos passos largos dos governos militares para criar uma ambiência favorável aos amplos processos de exploração dos recursos territoriais, tem origem na instabilidade dos juros de empréstimos no sistema global, amalgamada aos chamados petrodólares. Inicialmente, as grandes estatais contavam com juros menores, mas, com a mudança estrutural da política cambial americana na década de 1980, passaram a dever e arrolar um maior percentual das dívidas contraídas outrora.

Para entender o que se passou, é preciso considerar que os dólares acumulados nos países exportadores de petróleo, chamados de “petrodólares”, logo migraram para os países desenvolvidos. Drenados pelo sistema financeiro mundial, passaram a se chamar “eurodólares”, sendo oferecidos a juros baixos a países como o Brasil. Os recursos oriundos da reciclagem dos petrodólares na década de 1970 não eram adequados a empreendimentos de longa maturação. Tinham prazo de cinco a sete anos, com juros variáveis, renováveis a cada seis meses no mercado internacional. Após o primeiro choque do petróleo, iniciamos o ano de 1974 com os juros internacionais girando em torno de 5% a 6%. Eles estavam em, no máximo, 8% no fim dessa década. Não contávamos com a política do novo governo americano que, para equilibrar o seu déficit, elevou suas taxas de juros para um pico superior a 20% na década de 1980 (Rosa, 2001, p. 111).

Desse modo, a crise se instaura em função da discrepância entre o tempo de execução dos grandes projetos hidrelétricos, sua lucratividade e o curto intervalo para pagamento dos juros das dívidas contraídas para a construção desses empreendimentos.

Dito isto, a crise estatal nos anos de 1980, revestida na obsolescência de algumas infraestruturas do setor elétrico, no seu momento clímax da crise energética de 2001-2002,



constituiu-se como momento central para a mobilização do Estado em direção ao ideário neoliberal, uma vez que esse estrutura-se naquilo que Werner (2019) classifica como neoliberalização do setor.

Em suma, com a crise estatal da década de 1980 e a sua extensão na década posterior, o setor elétrico brasileiro, com as defasagens apresentadas, apresentava-se como importante alvo para a investidora de capitais excedentes. Isso ocorreu na medida em que o poder estatal já construía importante densidade de infraestruturas do setor pelo país. Como um importante setor de recepção de capitais excedentes, o setor elétrico indica novas tramas para a acumulação de capital, assim como a mercantilização da natureza, agora enriquecidas pela dinâmica de capitais fictícios.

O melhor negócio do fim do século: Venda do setor elétrico abre caminho para bancos ganharem US\$ 6,4 bilhões. O último grande negócio deste final de século na América Latina promete atrair as atenções de todo o mundo para o Brasil. Trata-se de um patrimônio de US\$ 80 bilhões, que vai ser posto à venda por conta da nova lei de concessões do setor público. O maior filão do empreendimento nas estatais de eletricidade. Estima-se que os bancos e consultorias envolvidos no negócio podem ganhar entre 3% a 8% sobre o valor da transação, algo que oscila na faixa de US\$ 2,4 bilhões a US\$ 6,4 bilhões. Essas cifras bilionárias foram contabilizadas pelos maiores bancos e corretoras do mundo, que enxergam na privatização um filão inesgotável de lucros. Basta lembrar que a venda das companhias poderá elevar o seu valor para a casa dos US\$ 200 bilhões- pouco menos da metade do Produto Interno Bruto do país no ano 2000. “O setor elétrico brasileiro é um dos mais atrativos do mundo”, diz, em Nova York, Alfredo Viega, da Salomon Brothers. Em Wall Street, a máxima ensina que quanto mais em frangalhos estiver uma companhia, melhor são as chances de lucro no futuro. Desde, é óbvio, que o mercado consumidor seja bastante promissor. A regra é simples: compra-se a um preço baixo, reformula-se completamente o figurino, reduzindo as estruturas e demitindo pessoal, e depois anuncia-se a venda. “O potencial de lucro depois da reorganização é maior” afirma Viega, retratando no melhor estilo o predador de companhias. Esse potencial dos estrangeiros naturalmente já foi detectado há muito tempo aqui. “Eles estão interessados em todo o jogo (...) quando eles decidirem investir no Brasil, espero que se lembrem de procurar o Pactual”, diz Luiz César Fernandes, presidente do Pactual, um banco que vale US\$ 150 milhões e administra US\$ 2,6 bilhões (Rosa, 2001, p. 124-125)

Se, em alguns setores de domínio estatal, esse processo foi gerido de modo mais agudo com as privatizações de fato, no setor elétrico brasileiro abriu-se uma série de possibilidades para a abertura de novas fronteiras de exploração das “reservas de quilowatts”, mormente amparadas pela Parceria Público-Privada (PPP), fomentando-se importantes carteiras de investimentos diante do renovado mercado de energia no país.

Torna-se central compreender essa característica própria do setor sob o modelo neoliberal, pois os variados momentos da neoliberalização (Werner, 2019) possibilitam diferentes mecanismos de privatização do setor a “conta-gotas” (e dos recursos territoriais), seja nas políticas de cunho neoliberal ensejadas nos governos Collor e de Fernando Henrique



Cardoso, ou mesmo com os governos progressistas de Lula, com a emergência do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Com a criação do Sistema Interligado Nacional (SIN), ou seja, a organização regional dessas infraestruturas do setor elétrico nacional, alinhada com as políticas de privatização, abriu-se a possibilidade de construção de projetos menores de geração. Entre eles estão Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) (1 a 30 MW) e CGH (até 1 MW). Dito isso, com a possibilidade de exploração dos menores pontos de potencial hidrelétrico, os corpos d'água de menor magnitude passam a ser disputados por meio de leilões na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Como expressão do aumento da demanda por energia, assim como atrativo para novos capitais excedentes, a incorporação do ideário neoliberal pelo setor elétrico brasileiro acaba por constituir novas fronteiras, ou aquilo que Soares (2024) vem classificando como hidrofrentes do capital, uma vez que populações indígenas e camponesas passam a vivenciar o conflito e violência de modo perenizado, no interior das estratégias do capital na apropriação dos recursos territoriais, nesse caso água e energia.

Mato Grosso, bacia do Juruena- Arinos: Novas fronteiras de quilowatts

A ocupação da Bacia na porção noroeste de Mato Grosso, assim como na região norte do estado, está ligada intimamente às políticas de ocupação territorial focalizadas durante o período militar e, mais recentemente, à entrada da agricultura empresarial, embora a alta concentração fundiária se apresente como marca desse processo.

Esse dado torna-se importante porque os conflitos de populações camponesas e indígenas contra o latifúndio e tantas outras formas de exploração dos recursos territoriais emergem como atinentes ao descrito espaço de análise. Posto dessa maneira, as ameaças a esses povos se colocam de modo constante. Seja pela expansão mais recente das lavouras da região sobre as terras já exauridas pela atividade madeireira, seja pela exploração de garimpos que contaminam as águas de uso comum das populações originárias.

Com a possibilidade de diversificação quanto ao tamanho dessas infraestruturas, conforme indica a relação entre número de empreendimentos e potência total no período 2002-2025 (Gráfico 01), o mercado livre de energia favoreceu a proliferação de projetos menores, como as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH). Com isso, propiciou-se a participação de diferentes agentes econômicos, assim como a intrusão

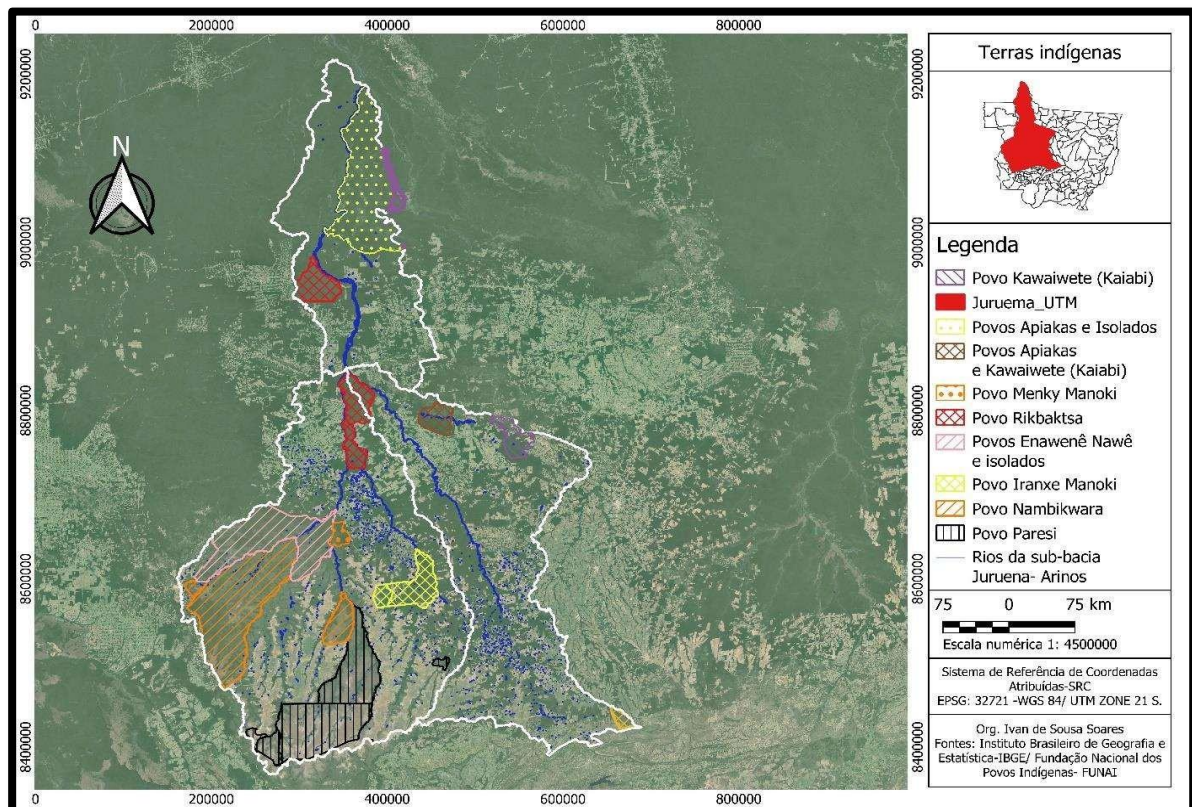


de setores financeiros (fundos de investimentos, fundos de pensão), indicando a financeirização do setor como importante marca do período neoliberal.

Como ponta de lança da reestruturação do setor elétrico brasileiro e a sua aplicação prática no estado de Mato Grosso, o projeto da UHE-Manso mostra-se emblemático quanto à participação e atuação de agentes econômicos “estranhos” à atividade de geração, juntamente com empresas estatais do setor.

Dito isto, o empreendimento da UHE do Manso, além de se constituir sob as vestes da neoliberalização do setor por intermédio da Parceria Público-Privada (PPP), apresenta-se como exemplo acabado da reestruturação setorial em Mato Grosso. Isso ocorre na medida em que essas infraestruturas do setor emergem como importantes ativos para recepção de novos investimentos, mormente com ampla participação de setores do capital financeiro, como fundos de investimentos, tal qual fundos de aposentadoria/pensões.

Mapa 01- Terras indígenas na sub-bacia do Juruena- Arinos



Fonte: elaborado pelo autor, com dados da Agência Espacial Europeia (2022) e FUNAI (2023).

Na esteira das rodadas de neoliberalização do setor, a expansão de Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCHs e Centrais Geradoras Hidrelétricas- CGH, ao lado do histórico processo de



expansão da fronteira agrícola sobre as terras indígenas na bacia do Juruena- Arinos, têm trazido relevantes impactos sobre esses territórios, mormente porque a construção desses empreendimentos em série e/ou como indicam membros dos movimentos sociais, em “cascata”, possibilita a ocorrência de impactos em diferentes escalas ao longo da bacia hidrográfica, os quais afetam tanto os aspectos mais objetivos da reprodução social desses grupos, como aqueles ligados à dimensão subjetiva de suas relações com os ciclos- hidro sociais.

Com essa disposição desses empreendimentos nos canais fluviais dessa bacia, não se deve negligenciar a presença de diferentes terras indígenas, as quais cotidianamente sofrem os efeitos da expansão desses empreendimentos. Nesse sentido, com o atravessamento desses empreendimentos em diferentes terras indígenas, povos Kawaiwetes, Apiakas, Isolados, Menky Manoki, Enawenê Nawê e comunidades camponesas são afetados nessa sanha do capital sobre os recursos territoriais (mapa 01).

Com a mencionada abertura do mercado de energia, abriu-se a possibilidade de participação ávida de agentes econômicos “estranhos” ao setor. Dentro dessa lógica, ao tratar-se da expansão desses empreendimentos na bacia do Juruena-Arinos, vale mencionar a participação de importantes agentes da agricultura empresarial nesse processo. Nesse sentido, grupos empresariais AMAGGI e Bom Futuro, importantes empresas globais da cadeia de grãos, colocam-se na disputa desse filão de produção hidrelétrica.

Embora os mencionados agentes econômicos compareçam com maior intensidade devido ao seu poderio na agricultura empresarial, outros grupos de menor envergadura também participam ativamente dos processos de exploração da sub-bacia do Juruena-Arinos para a produção hidrelétrica, formando mosaicos que incluem grupos da agricultura empresarial e diferentes empresas ligadas a fundos de pensões e investimentos, embora sua relevância seja restrita ao contexto regional ou, quiçá, ao nacional.

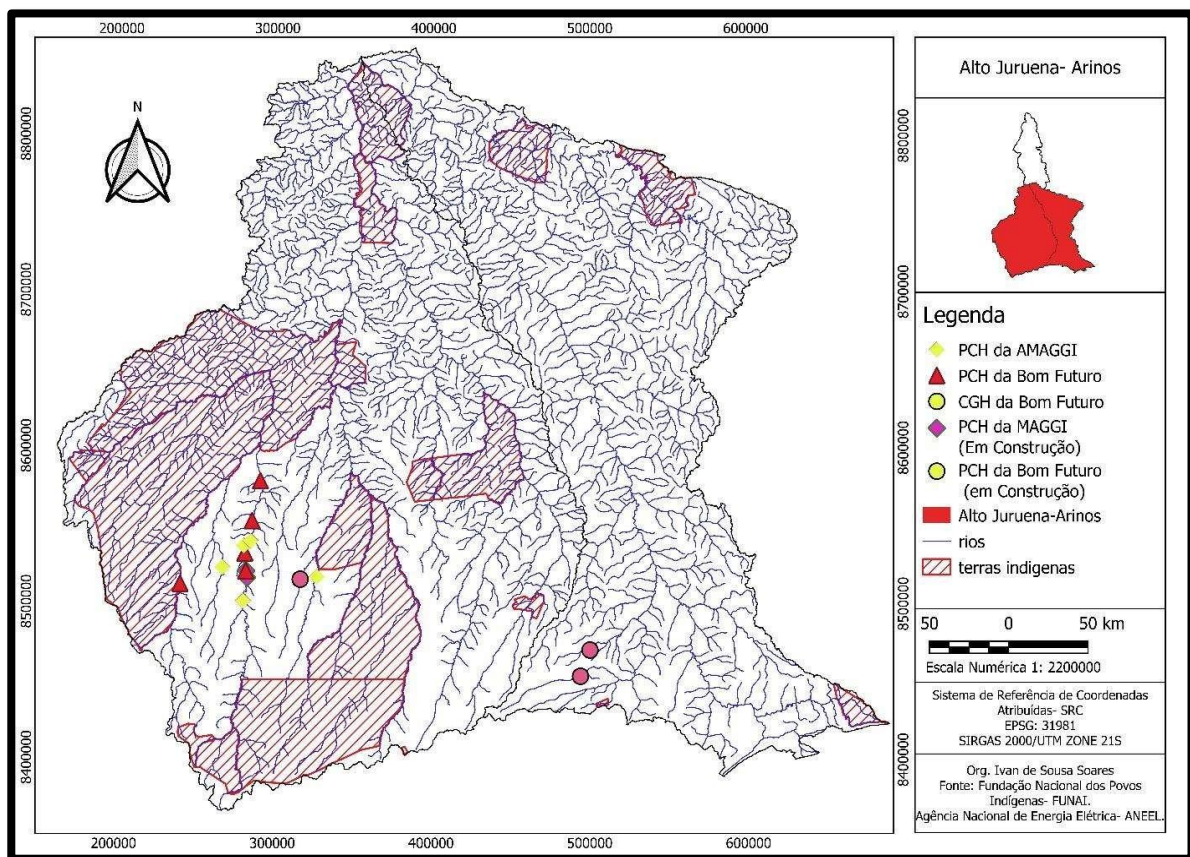
Como um movimento paralelo à expansão da fronteira agrícola nessa bacia, a expansão daquilo que estamos conceituando como hidrofronteiras do capital passa a fazer parte da constituição territorial desses povos, na medida em que o território, ou melhor, o seu uso, passa a ser convertido como porção em disputa, na qual a água para a vida e reprodução social desses grupos passa a ser convertida gradativamente em dinheiro global, ou mesmo em capital fictício, uma vez que a produção hidrelétrica subordina-se aos aparatos da financeirização. Em suma, configura-se um mercado disciplinado muito mais pela necessidade de transmutação da produção energética em capital fictício (especulativo) do que necessariamente pelo aumento das demandas eletrointensivas, embora o seja também.



Nesse novo filão de apropriação da água por meio da expansão dos aproveitamentos hidrelétricos, agentes econômicos de envergadura em outras áreas produtivas, como ocorre em toda a Bacia do Juruena-Arinos, têm-se notabilizado pela intensa participação, permitida por políticas setoriais, nos mercados de energia, na condição de Produtores Independentes de Energia (PIE).

Com a emergência desses novos protagonistas na geração de energia, diferentes povos indígenas e movimentos sociais da região do Alto Juruena-Arinos têm vivenciado a gradativa expansão desses empreendimentos, os quais se multiplicam na área de transição com a Chapada do Parecis (mapa-02).

Mapa 02- Aproveitamentos hidrelétricos da AMAGGI e Bom Futuro no Alto Juruena-Arinos



Fonte: elaborado pelo autor, com ANEEL (2024) e FUNAI (2023).

Em termos de produção energética e suas imbricações com setores financeiros, deve-se indicar que, com as condições criadas pela reestruturação do setor, elaborou-se uma série de linhas de investimentos e/ou empréstimos para esses empreendimentos com potências menores.



Outro fato relevante desse formato ancorado no atual padrão da financeirização diz respeito ao protagonismo do Estado na criação de condições de financiamento de médios/pequenos empreendimentos de geração hidrelétrica, tendo como mote a transferência gradativa do fundo público. Dessa maneira, propiciando melhores condições de amortização das dívidas desses agentes econômicos.

Nesse sentido, segundo dados do BNDES (2023), a SPE implementada pela Bom Futuro nos anos de 2007 e 2011 captou um montante em financiamentos de R\$ 81.853.739, dos quais R\$ 63.000.000 têm fonte originária diversa, entre as quais o Fundo de Amparo ao Trabalhador, enquanto R\$ 18.700.000 foram viabilizados por intermédio do Fundo de Amparo ao Trabalhador como fonte principal para a construção da PCH Cidezal (17 MW) na Bacia do Juruena, entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio, atualmente de propriedade da Hydria Participações e Investimentos S.A., importante subsidiária na área energética da Bom Futuro.

Do mesmo modo, nos anos de 2007 a 2011, a Sapezal Energia S.A., importante PCH do grupo Bom Futuro, em termos de financiamento do BNDES, captou um montante de R\$ 78.700.000. Esses valores possuem fontes variadas, mas com aguda participação dos fundos públicos de origem no FAT. Nesse sentido, o empreendimento captou R\$ 64.000.000 na modalidade FINEM².

Nesse processo de captação e uso do fundo público, a PCH Telegráfica (26,5 MW) destaca-se com o maior valor aportado, com um total de R\$ 146.339.056 (BNDES, 2023). Esse alinhamento com a forma como se estabelece o modelo de financeirização, parece como marca da conversão dos valores intrínsecos da natureza (Ioris, 2010) em capital fictício.

No entanto, nesses casos desses empreendimentos administrados pela AMAGGI e Bom Futuro, os processos correlatos que estruturam o modelo da financeirização não se fazem apenas por meio da captação de fundos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também na conversão desses processos em um legítimo mercado de dívidas, pois, ao passo que esses projetos começam a compor o Sistema Interligado Nacional (SIN), sinaliza-se a possibilidade de alocação de diferentes serviços financeiros, dentre os quais, a oferta de ativos no mercado, no formato de emissão das chamadas debêntures simples.

² Segundo Perin (2022), essa linha de crédito de longo prazo com recursos alocados pelo BNDES direciona-se a projetos públicos ou privados voltados para a geração e o aumento da capacidade produtiva, por meio da ampliação e modernização dos ativos fixos nos setores do comércio, indústria, agropecuária e prestação de serviços.



Cabe mencionar que essa forma de venda e emissão financeira notabiliza-se pela compra de papéis de dívidas de determinadas empresas, diferentemente das ações que se estabelecem a partir da aquisição de parcelas do capital, indicando que essa modalidade de participação em financiamentos não permite controle acionário pelos debenturistas.

Diante do exposto, notabiliza-se que, muito mais que a necessidade de atendimento do viés do bem comum, o mercado livre de energia, com importante instrumentalização do Estado, baseia-se na conversão dos recursos hídricos em papéis e/ou títulos nos mercados de capitais fictícios.

Nesse sentido, ao desnudarmos essa relação, deve-se indicar que a construção dessas infraestruturas tem incidido diretamente sobre os recursos territoriais e modos de vida das populações indígenas, camponesas e ribeirinhas da bacia. Nesse sentido, somente na transição da Chapada do Parecis no início do Alto Juruena, as empresas AMAGGI e Bom Futuro contam com um total de sete PCHs. Do mesmo modo, o grupo Bom Futuro conta atualmente com quatro GCHs em operação na Bacia, além da PCH Rio Claro, a qual se encontra em fase de finalização da obra e de licenciamento da PACUERA.

Consonantes às outras situações de fronteira enfrentadas por essas populações, nas quais novas fricções e o conflito se emaranham com a própria formação territorial dessa porção do estado de Mato Grosso com a formação da fronteira agrícola, ao admitir que a condição de fronteira se dá pela permanência do conflito, conforme nos indica Martins (2018), ou melhor, o conflito enquanto instância epistemológica do conceito de fronteira ao tratarmos da expansão da sociedade nacional, torna-se crível admitir que o conflito pela água, acaba por favorecer novas condições de fronteira, na medida em que ao lado das disputas pelo recursos territoriais, nesse caso a água, a fricção se dá também em torno do estranhamento de tempos históricos distintos.

Desse modo, torna-se providencial adjetivar esses processos que se dão nessa dinâmica de fronteira, pois, de maneira incontestada, a violência presente de modo subjacente na acumulação primitiva continuada da natureza, ou naquilo que Brandão (2010) classifica como acumulação primitiva permanente, sugere uma condição de hidrofronteiras do capital (Soares, 2024), na medida em que duas formas distintas de uso dos recursos hídricos estão em rota de colisão, mormente configurando diferentes ciclos hidrossociais.

Com a dilapidação dos recursos naturais a partir da apropriação privada da água e, por consequência, a espoliação dos recursos básicos dessas populações para alimentação, os Enawenê-Nawê realizaram um ato de protesto em julho de 2023 na área da PCH Telegráfica.



O grupo buscou garantir a revisão dos acordos realizados para a provisão da alimentação dessa população, pois, segundo as lideranças do movimento nos espaços de debate promovidos pela Rede Juruena Vivo, não tem sido mais possível a realização do Yaokwa (pesca de barragem). Essa prática, além de garantir o peixe para a alimentação, possui uma dimensão ritualística de origem desse povo, portanto, impactando a dimensão imaterial do território.

Dito desse modo, o capital, em sua empreitada na apropriação privada da água do vasto mercado de energia elétrica, reestruturado a partir da década de 2000, utilizando-se da violência como componente da condição de fronteira, viabiliza o revisitar do processo histórico da ocupação dessas regiões. Com isso, a barbárie, o conflito e a violência permanecem como componentes de primeira ordem das ações desses grupos econômicos, agora ancorados no atual padrão de reprodução do capital, no qual territórios de reprodução da vida são convertidos gradativamente em ativos do mercado de capitais.

Como processo depositário da expansão das PCHs e CGHs desses agentes econômicos nos espaços de transição entre a Bacia do Juruena e a Chapada do Parecis, tem-se operado uma massiva expansão de iniciativas em direção às regiões mais setentrionais do estado de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, se plenifica o uso corporativo do território com o estabelecimento da terra/água de negócio. Em outras palavras, a expansão dos empreendimentos de geração hidrelétrica tem contribuído sobremaneira para a degradação dos modos de vida dessas populações, evidenciando a gradativa apropriação dos recursos hídricos por agentes econômicos tradicionais da agricultura empresarial.

Considerações finais

Diante das questões postas, não restam dúvidas de que os processos operados no interior da reestruturação do setor elétrico brasileiro sob as vestes do projeto neoliberal têm possibilitado a maximização da exploração da natureza, e por consequência, provendo novos episódios de acumulação de capital, mormente porque ao reestruturar-se, o mercado de energia abre a possibilidade de participação de novos agentes econômicos no processo de exploração de novas “reservas de quilowatts”.

Esse fato, conforme discutido, vem permitindo a participação de setores da agricultura empresarial na exploração dos recursos hídricos. Ao mesmo tempo, os territórios das populações indígenas têm sido perturbados com maior avidez na bacia da Juruena-Arinos. Isso



ocorre em prol de uma agenda que valoriza a transmutação dos recursos territoriais em dinheiro global.

A condição de fronteira se renova e/ou se sobrepõem, pois ao lado do processo cíclico de desmatamento como mecanismo de viabilização do latifúndio, e por assim dizer, dos processos de constituição da chamada fronteira agrícola, de modo correlato, as hidrofronteiras do capital se impõem como estratégia do capital, no sentido de garantir grandes reservas de “quilowatts”, por meio do domínio das bacias hidrográficas, como vem ocorrendo na sub-bacia do Juruena- Arinos.

Com o incrustar do modelo da financeirização no setor elétrico, território passa a ser subvertido aos interesses de fundos investidores, ao passo que, as forças da natureza são transmutadas em papéis no mercado financeiro e em capital fictício.

Referências

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES.

BNDES, Brasília. Consulta a operações do BNDES. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes>.

Acesso em: 10 jun. 2022.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente do capitalismo dependente no Brasil. *In*: ALMEIDA, A. W. B. de (org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Laparina, 2010. p. 39- 69.

BRASIL. **Banco de dados de geração elétrica no Brasil**. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjo1Njc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOjR9>. Acesso em: 05 out. 2025.

BRASIL. Programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek. **SPI Biblioteca Digital do Desenvolvimento**. Brasília, 1958. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33>. Acesso em: 5 jul. 2022.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral, Maria S. Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IORIS, A. A. R. Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. *In*: ALMEIDA, A. W. B. de (org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 211-266.

MERCEDES, S. S. P. *et al.* Uma revisão histórica do planejamento do setor elétrico

brasileiro. *In*: **Revista usp**, Dossiê Energia Elétrica, São Paulo, v. 1, n. 104, p.13-36, 2015.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/106750>. Acesso 21 jan. 2021.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

PERIN, P.P. **Mapeamento dos financiamentos a empreendimentos hidrelétricos na Bacia do rio Juruena** – MT. São Carlos: UFSCAR, 2022.

ROSA, L. P. A crise de energia: uma reputação empírica do modelo econômico neoliberal. *In*: LESSA, C. (org.) **O Brasil: a luz do apagão**. Rio de Janeiro: Palavra & Imagem, 2001.

SOARES, Ivan de Sousa. **As Hidro- fronteiras do capital: A expansão dos hidronegócios na mesobacia do Tapajós em Mato Grosso**. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024. p 213-248.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

WERNER, D. **Neoliberalização da infraestrutura: mudanças regulatórias e configuração do setor elétrico brasileiro (1990-2018)**. Revista Semestre económico, Medellín, v. 22, n. 50, p. 151-177, 2019. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/economico/article/view/2950>. Acesso em: 03 jun. 2023.